

Programa de Concurso

Concurso Público n.º 1/2024

**Aquisição de Kit de mesas de som digitais, cartas de
expansão, extensores de ligação, stageboxs e cablagens,
em regime de renting**

Índice

Capítulo I Objeto e âmbito do Concurso	4
Artigo 1.º Objeto do Concurso	4
Artigo 2.º Preço base.....	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante	4
Artigo 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 5.º Consulta e fornecimento das peças do procedimento	5
Artigo 6.º Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento	5
Artigo 7.º Erros e Omissões das peças do procedimento	6
Capítulo II Apresentação de Propostas.....	7
Artigo 8.º Modo de apresentação das propostas	7
Artigo 9.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas	8
Artigo 10.º Documentos que constituem as propostas	8
Artigo 11.º Propostas Variantes.....	9
Artigo 12.º Agrupamentos.....	9
Capítulo III Análise das Propostas	9
Artigo 13.º Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas	9
Artigo 14.º Esclarecimentos sobre a proposta	10
Artigo 15.º Critério de Adjudicação e desempate	10
Artigo 16.º Relatório Preliminar de análise de propostas	11
Artigo 17.º Audiência Prévia.....	11
Artigo 18.º Relatório Final.....	11
Capítulo IV Adjudicação	11
Artigo 19.º Notificação da decisão de adjudicação.....	11
Artigo 20.º Documentos de Habilitação	12
Artigo 21.º Aprovação, notificação e aceitação da minuta do contrato	13
Artigo 22.º Reclamações contra a minuta.....	13

Artigo 23.º Outorga do contrato	13
Artigo 24.º Despesas e encargos	14
Capítulo V Disposições Gerais	14
Artigo 25.º Comunicações e notificações.....	14
Artigo 26.º Júri do Procedimento.....	14
Artigo 27.º Legislação aplicável	15
ANEXO I Segundo modelo Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro	16
Anexo II	21
ANEXO III Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses	22

Capítulo I

Objeto e âmbito do Concurso

Artigo 1.º

Objeto do Concurso

O presente procedimento, por concurso público, tem por objeto a aquisição de Kit de mesas de som digitais, cartas de expansão, extensores de ligação, stageboxs e cablagens, em regime de renting, cujas características técnicas se encontram melhor definidas no caderno de encargos.

Artigo 2.º

Preço base

1. Sem prejuízo do disposto pelo número seguinte, o preço base do presente procedimento de contratação é de 120.000,00€ (cento e vinte mil euros).
3. Para efeito do disposto pelo número anterior, por preço base entende-se o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a outorgar, sem IVA.
4. O preço base foi determinado com base em consulta preliminar ao mercado.

Artigo 3.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A., com sede no Largo de São João, Edifício Teatro Micaelense, 9500-106, Ponta Delgada.

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da TEATRO MICAELENSE - CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS, S.A., em reunião de 6 de setembro de 2024.

Artigo 5.º

Consulta e fornecimento das peças do procedimento

1. As peças do procedimento serão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Acingov, acessível através do endereço eletrónico www.acingov.pt/, desde o dia da publicação do anúncio no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento poderão ainda ser consultadas e adquiridas mediante pedido escrito dirigido para os contactos da entidade adjudicante indicados na cláusula segunda.
3. A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.
4. Quando, por qualquer motivo, as peças do procedimento não tenham sido disponibilizadas, nos termos do referido no número 1 do presente artigo, desde o dia da publicação do anúncio e apenas neste caso, o prazo fixado para a apresentação das propostas será prorrogado, oficiosamente ou a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

Artigo 6.º

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento serão prestados, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos, pelo Júri do concurso, devendo para tal ser os pedidos de esclarecimentos submetidos na plataforma melhor indicada no artigo 4º, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data poderá justificar a prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas, desde que requerido por qualquer interessado.

3. Os esclarecimentos e retificações referidos nos pontos anteriores passarão a fazer parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 7.º

Erros e Omissões das peças do procedimento

1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através de requerimento submetido na plataforma melhor indicada no artigo 5.º, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos detetados, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 50.º do CCP, que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;

2. Excetuam-se do disposto no número anterior os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do contrato.

3. O incumprimento do dever a que se referem os números anteriores tem as consequências previstas no n.º 3 do artigo 378º do CCP.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas deve a entidade adjudicante pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

5. Cabe à entidade adjudicante proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. Consequentemente juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patentes em

concurso e publicar-se-á imediatamente aviso advertindo os interessados que as tenham adquirido.

6. A entidade adjudicante deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea a) do número 3.

7. As listas com a identificação dos erros e das omissões detetados pelos interessados, são imediatamente disponibilizados pela entidade adjudicante a todos os interessados que tenham obtido as peças do procedimento, devendo os interessados serem notificados desse facto.

Capítulo II

Apresentação de Propostas

Artigo 8.º

Modo de apresentação das propostas

1. As propostas devem ser submetidas na plataforma eletrónica até às 23h59 do décimo quinto dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores.

2. Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.³² A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.

3. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no número 1 do presente artigo.

4. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

5. Não são aceites propostas entregues por qualquer outro meio que não a plataforma.

Artigo 9.º

Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 10.º

Documentos que constituem as propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua atual versão;
- b) Proposta de preço em conformidade com o Anexo II.
- c) Fichas técnicas dos fabricantes dos equipamentos propostos que permitam comprovar o cumprimento das especificações técnicas mínimas previstas no Caderno de Encargos;
- d) Comprovativo de estabelecimento na Ilha de São Miguel ou comprovativo de subcontratação de parceiro sediado na ilha de S. Miguel com capacidade para assegurar as obrigações de assistência técnica previstas no Caderno de Encargos.
- e) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante;

2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português, com exceção do previsto na al. d) do número anterior, que pode ser entregue em língua inglesa.

4. Todos os documentos que constituem a proposta devem ser assinados em conformidade com as regras do presente programa de concurso pelo representante legal do concorrente.

5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração na alínea a) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração dos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 11.º

Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Artigo 12.º

Agrupamentos

1. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo, com responsabilidade solidária.

Capítulo III

Análise das Propostas

Artigo 13.º

Lista de concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das Propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as Propostas apresentadas na referida plataforma.

3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua Proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a Proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 14.º

Esclarecimentos sobre a proposta

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados diretamente na plataforma eletrónica referida no artigo 4º.

Artigo 15.º

Critério de Adjudicação e desempate

1. A adjudicação será feita segundo a modalidade monofator, com base no fator preço.
2. Em caso de empate na pontuação final das propostas o desempate será realizado com base no menor prazo de entrega dos equipamentos da proposta.
3. Verificado o empate mesmo com os critérios dos números anteriores, haverá recurso a sorteio.

Artigo 16.º

Relatório Preliminar de análise de propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Artigo 17.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica para que, querendo, se pronunciem por escrito no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 18.º

Relatório Final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

Capítulo IV

Adjudicação

Artigo 19.º

Notificação da decisão de adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise de propostas através da plataforma eletrónica.

Artigo 20.º

Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo III do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro;
- b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, do Adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas no artigo 55.º do CCP;
- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.

2. Quando o adjudicatário for um agrupamento, os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.

3. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo Adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis destinado ao seu suprimento.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, por solicitação do adjudicatário, o prazo de apresentação dos documentos de habilitação poderá ser prorrogado por um período não superior a 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 85.º n.º 2 do CCP.

Artigo 21.º

Aprovação, notificação e aceitação da minuta do contrato

1. A entidade adjudicante aprova, nos termos do artigo 98.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do contrato a celebrar, em simultâneo com a decisão de adjudicação.
2. A minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A minuta do contrato a celebrar considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 22.º

Reclamações contra a minuta

1. Apenas são admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso.
2. Em caso de reclamação, a entidade que aprova a minuta comunica ao adjudicatário, no prazo de 10 dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a rejeita se nada disser no referido prazo.

Artigo 23.º

Outorga do contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - b) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 90.º do CCP;
 - c) Confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, quando aplicável.

2. Nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário do local e data em que deve comparecer para a respetiva celebração, com a antecedência mínima de cinco dias.

Artigo 24.º

Despesas e encargos

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade dos concorrentes e do adjudicatário, consoante o caso.

Capítulo V

Disposições Gerais

Artigo 25.º

Comunicações e notificações

Todas as comunicações e notificações previstas no RJCPRAA e no CCP são efetuadas através da plataforma eletrónica mencionada no artigo 5.º.

Artigo 26.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri composto por 3 (três) membros efetivos, um dos quais preside, e ainda por 2 (dois) suplentes, designados pelo órgão competente para a decisão de contratar.

2. Ao júri do procedimento compete praticar todos os atos e realizar todas as diligências relacionadas com o presente procedimento cuja competência não seja cometida injuntivamente à entidade adjudicante, nomeadamente a prestação de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, a avaliação das propostas, a realização da audiência prévia dos interessados e a elaboração dos respetivos relatórios de análise.

3. Desde que previamente autorizado pela entidade adjudicante, o júri pode ser assessorado por pessoas ou entidades tecnicamente qualificadas em relação a qualquer aspeto que possa relevar no âmbito do presente procedimento, sem que, no entanto, essas pessoas ou entidades possam ter direito a voto.
4. As deliberações do júri são aprovadas por maioria dos votos, não sendo admitida a abstenção, e devem ser fundamentadas.
5. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, deve mencionar-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão nela fazer exarar as razões da sua discordância.
6. Antes do início de funções, os membros do júri e todos os demais intervenientes no processo de avaliação de propostas, designadamente peritos, subscrevem declaração de inexistência de conflitos de interesses, conforme modelo previsto no Anexo II ao presente programa de procedimento.

Artigo 27.º

Legislação aplicável

Em todo o omissso no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro (RJCPRAA), no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na versão atualmente em vigor.

ANEXO I

**Segundo modelo Anexo I do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29
de dezembro**

(a que se refere a al. a) n.º 1 do artigo 10.º do programa do procedimento)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou

gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);

f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):

i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer

procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do

disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

Anexo II

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência da Aquisição de Kit de mesas de som digitais, cartas de expansão, extensores de ligação, stageboxs e cablagens, em regime de renting declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a fornecer, em regime de renting, os bens objeto do concurso em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pela renda mensal de ..€ (indicar o valor por extenso), num total de ...€ (extenso) para a totalidade da duração do contrato.

Data

Assinatura do Concorrente/ Representante Legal

ANEXO III

Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses

(a que se refere o n.º 6 do artigo 26.º do programa do procedimento)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de ... (dirigente, trabalhador, ou prestador de serviço atuando em nome da entidade adjudicante) da ... (entidade adjudicante), participando (se for o caso, como membro do júri) no procedimento de formação do contrato n.º ... relativo a ... (objeto do contrato), declara não estar abrangido, na presente data, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa.

Mais declara que se durante o procedimento de formação do contrato tiver conhecimento da participação nele de operadores económicos relativamente aos quais possa existir um conflito de interesses, disso dará imediato conhecimento ao órgão competente da entidade adjudicante, para efeitos de impedimento ou escusa de participação no procedimento, nos termos do disposto nos artigos 45.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

... (local), ... (data), ... (assinatura).